

“Metas serão mantidas, com ou sem crise do petróleo ou pacto social”

por Milton Gamez
de São Paulo

O Banco Central (BC) manterá a todo custo as metas de expansão monetária já definidas pelo plano de estabilização econômica, independentemente das eventuais influências negativas da sustentação ao dólar no mercado de câmbio, da crise do petróleo e de possíveis compromissos entre o governo, empresários e trabalhadores como parte de um pacto social.

Durante seminário sobre a dívida externa, ontem em São Paulo, o presidente do BC, Ibrahim Eris, admitiu que a autoridade monetária injetou uma perigosa quantidade de cruzeiros na economia ao comprar neste mês cerca de US\$ 800 milhões no mercado flutuante de câmbio (ver matéria na página 25). Entretanto, o severo aperto monetário imposto ao sistema financeiro — com ampliação dos depósitos compulsórios, venda de certificados de privatização e acerto das dívidas em cruzados dos bancos — corrigirá este desvio de rota, ressaltou Eris.

Dois ex-ministros participantes do seminário, Antonio Delfim Netto e Luiz Carlos Bresser Pereira, afirmaram que o ajuste interno está sendo erroneamente sustentado por uma defasagem nos preços públicos, que não estariam refletindo o aumento em torno de US\$ 10 no preço do barril de petróleo desde a invasão do Kuwait pelo Iraque, há pouco mais de um mês.

O presidente do BC rebateu as afirmações dizendo que a crise no golfo Pérsico influenciou e influenciará mais ainda os preços internos de combustíveis, que subiram quase 30% em agosto. O conflito no golfo, arrematou Eris, dificulta a política de estabilização, mas o BC vai ter que segurar as metas. “Os resultados virão, com ou sem crise do petróleo”, disse.

Eris defendeu as articulações do governo em torno de um pacto social, pois, segundo ele, haveria uma redução dos custos do ajuste econômico. “Gostaria de dar uma chance aos envolvidos para ver se o pacto é viável ou não”, afirmou. Qualquer que fosse o resultado, a essência do Plano Collor não seria alterada, talvez apenas alguns resultados mudariam, ressaltou ele.

Para Bresser Pereira, o acordo social é fundamental. “Sem o pacto, não há como sair deste nó em que estamos”, disse. O ex-ministro do presidente José Sarney, contudo, condicionou o sucesso do pacto social à firme liderança do presidente Fernando Collor na questão. Não só Collor tem condições para isso como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem tudo para entender a necessidade do compromisso social, disse Bresser Pereira. Em outras palavras, a redução salarial e a recessão causadas pela política monetária são as mesmas do período de altas taxas de inflação, argumentou (ver matérias na página 6).

“FARSA”

Taxativo, Delfim Netto chamou a tentativa de pacto de uma farsa coadunada tanto pelo governo como pelos empresários e trabalhadores. “Não acredito no pacto porque não há interlocutores válidos. Quem pode levar a sério quem está lá?”, questionou. “Com a liderança do (ministro da Justiça, Bernardo) Cabral, só se for pacto ao tucupi”, brincou Delfim Netto. Para ele, a livre negociação salarial deveria ser levada ao pé da letra para resolver o problema.

Na visão do economista Jeffrey Sachs, o governo deve manter a política de ajuste com ou sem o pacto. Para isso, a equipe de Collor deveria afastar-se do entendimento social, invertendo a tendência intervencionista do Estado brasileiro das últimas décadas.